

**O EMPODERAMENTO FEMININO
E O CONSERVADORISMO SOCIAL**

SILVANA KELLER RODRIGUES

VITÓRIA

2020

O EMPODERAMENTO FEMININO E O CONSERVADORISMO SOCIAL

Silvana Keller Rodrigues

Resumo

O presente artigo tem como abordagem central as questões femininas e o papel da mulher na sociedade. Começa descrevendo o ser mulher na sociedade contemporânea e seus desafios na dicotomia vida privada e pública enquanto descreve o conservadorismo social e suas marcas na organização da sociedade traz também, um breve apanhado histórico relatando algumas conquistas e progresso na luta pelo espaço feminino. Por fim, descreve a busca do empoderamento feminino, aborda a questão da sua emancipação não ser um movimento isolado, e reflete sobre a importância da necessidade de apoio e consciência coletiva, uma vez que essa emancipação acarreta benefícios de liberdade para ambos os gêneros e para a sociedade.

Palavras-chave: Empoderamento feminino. Sociedade. mulher. Conservadorismo.

1 INTRODUÇÃO

Tecer uma reflexão sobre o papel feminino requer um exercício mais íntimo, necessita pensar o ser mulher e ir além do desempenho de um papel na sociedade. Essa definição pode ser dividida em biológica e social. A definição biológica, constituída por características físicas e hormonais que distinguem o homem da mulher são importantes e não podem ser desconsideradas, pois fazem parte da natureza humana. No entanto, este artigo caminha para além da natureza biológica. Ele visa diferenças dentro do aspecto social sem discriminação subjetiva do ser mulher, da relação dessa mulher consigo mesmo, desse “eu” mulher com seu corpo, dessa mulher com a sociedade e dessa mulher com a igualdade de direitos e com questões socioculturais de gênero.

As diferenças entre os gêneros foram naturalizadas na sociedade e abordadas como biológicas por séculos, pois atendiam a interesses governamentais, proporcionando controle social e econômico em uma organização que moldava estes papéis. A definição de papéis, ao longo dos séculos, cristalizou a mulher como singela, sexo frágil, santa, divindade predestinada a maternidade, de natureza pacata, amável

e submissa ao homem. Estes conceitos cristalizados, evidenciados em comerciais, livros e no universo social como um todo; deixa de ser absorvido apenas para ser questionado. A medida que a sociedade conquista liberdade de expressão a mulher paralelamente conquista novos espaços indo além dos moldes impostos e dos papéis tradicionais atribuídos a ela, aprendendo que as diferenças entre si e os homens é apenas biológica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O papel da mulher na história da organização social

O que significa papel da mulher? Um papel a ser cumprido? Uma posição social? Atribuições dadas a alguém? E quais são as concessões próprias para mulheres que não poderiam ser atribuídas ao homem? E por quê?

Quais atribuições devem ser desenvolvidas unicamente pela mulher? Há um papel específico a ser atuado por ela? A mulher escolheu esses papéis, ou lhe foi imposto?

Badinter (1985) descreve que no século XVII juntamente com as ideias romantizadas de amor e abnegação foram incorporadas ao ideário popular o papel da mulher como um ser dócil, frágil, sensual para atender uma necessidade natural e biológica de ser mãe. Quando a mulher se tornava mãe, ela passava a ter uma importância que jamais tivera sem, no entanto, ser questionada se era isso que ela queria. Esse novo papel deveria deixá-la feliz, pois sua realização/vocação deveria ser a maternidade e a dedicação ao lar e ao marido.

Na contramão desse princípio ideológico havia a necessidade de a mulher ingressar no mercado de trabalho, por empobrecimento de diversas causas como pelas guerras aonde homens iam para frente da batalha, e as mulheres assumiam os negócios da família, na ausência e na morte desses. Mesmo desenvolvendo tarefas como costura, bordados, aulas de música, o trabalho era visto com depreciação.

De acordo com Zilli (2004), inclusão da mulher no mercado de trabalho durante a revolução industrial, tinha por objetivo baratear custos, pois, elas receberiam menores salários, seguindo a alegação de que por terem menos força, executariam menos trabalho, ou o mesmo trabalho em maior tempo de serviço. Assim, a mulher

proletária era vista como pertencente a uma classe menos favorecida e a do lar representava algum poder, seu papel de responsável pelo lar dava a ela status de “dona de casa”. Ao contrário da proletária que nem na própria casa havia tempo para mandar, realizando afazeres domésticos e cuidando dos filhos. A mulher gradativamente foi deixando de se situar apenas no espaço doméstico, principalmente nas classes baixas, e passou a assumir um papel diferenciado no trabalho. Pois, a revolução industrial, além de trazer a mulher para o mercado de trabalho fomentou movimentos em busca de direitos. Europa, EUA, Inglaterra foram palco de alguns desses movimentos em busca de direitos como redução da jornada de trabalho. Segundo Sledziewski 1991 “a Revolução Francesa é o momento histórico em que a civilização ocidental descobre que as mulheres podem ter lugar na cidade”.

Com a institucionalização dos sindicatos e o amadurecimento do capitalismo, o trabalho da mulher, bem como sua carga horária de trabalho, foi regulamentado. Benefícios como licença maternidade e remuneração por grau de instrução/produção também, consolidando o espaço profissional para a mulher que necessitava cada vez mais de formação adequada. No entanto, até os dias de hoje ainda encontramos diferença salarial entre homens e mulheres que executam a mesma tarefa.

Para a mulher redimensionar seu papel e reestabelecer novas relações sociais era preciso que se garantisse o aumento da escolaridade e sua capacitação para o trabalho, mas, além disso, era necessário criar condições de respeito à sua presença nos espaços públicos, pois ela gradativamente passava a ter independência financeira, deixaria de ser dona de casa e passaria ser chefe de família e, posteriormente alcançaria muitas outras profissões, não dependendo mais da tutela masculina. Esse rompimento com passado doméstico fez com que a mulher passasse então a ocupar cargos que antes só era permitido aos homens. Via-se que as mulheres podiam ocupar os espaços que desejavam, sua competência ultrapassava muito as funções que eram impostas a ela, da mulher que cuidava dos filhos, marido e da casa. A mulher que trabalhava era das classes baixas recebiam muitas críticas por deixarem suas casas, maridos e filhos para exercerem fora do lar alguma tarefa, e além disso, sua reputação era colocada em dúvida. Elas eram relacionadas à promiscuidade e exposta ao desrespeito da sociedade, porém a mulher sempre foi muito importante para o desenvolvimento social e econômico, apesar de ser introduzida ao trabalho industrial de forma subjugada.

A sujeição da mulher rendeu movimentos de protestos por melhores condições

de trabalho e salários iguais aos dos homens. Tais movimentos ocasionaram iniciativas de organizações femininas, no ano de 1911 mais de 100 operárias da Triangle Shirtwaist, em Nova York, foram trancadas em uma fábrica que foi incendiada ocasionando suas mortes. Elas reivindicavam melhores condições de trabalho, esse dia teve repercussão internacional, atualmente lembrado como o dia internacional da mulher. Porém, somente trinta anos depois que as mulheres conquistaram, no Brasil, o direito ao voto, direito esse, que ficava a critério dos maridos ou dos pais, eles que deveriam decidir se elas votariam ou não. Até os passaportes das mulheres tinham como titulares seus esposos. Somente em 1946 o direito do voto para as mulheres passou a ser obrigatório.

Os movimentos pela liberdade, o respeito pelas mulheres e outros papéis sociais foi crescendo e em 1968, houve um manifesto de queima de sutiãs em um evento do Miss América, onde a queima foi de produtos símbolos da ditadura da beleza. Esse marco da militância feminina deu início a uma série de novos debates a respeito do papel da mulher na sociedade, mas essas manifestantes eram vistas como mulheres sem família, baderneiras, assexuadas, revoltadas, rebeldes e outras definições depreciativas que impediam que mulheres de classes mais abastadas e formadoras de opinião participassem dos movimentos.

Historicamente as mulheres estão em desvantagem é preciso dar-lhes as mesmas condições de saúde, educação, segurança, dignidade, respeito, salários e empregos para que sua posição social se modifique.

As políticas de combate à pobreza propõem distanciar a dicotomia das classes e favorecer a igualdade de gênero. Mesmo entre homens e mulheres pobres elas estão em maior desvantagem, pois o trabalho que ocupam são mal remunerados, com políticas trabalhistas que não possibilitam o crescimento profissional e nem tão pouco a concomitância com a vida privada.

2.2 Violência uma forma de reprimir a liberdade feminina

O trabalho feminino faz parte da camada social que contribui muito para a produção, porém a mulher não usufrua dos benefícios. Além da opressão de uma classe sobre a outra, há a opressão de um gênero sob o outro. A luta de poder. Uma classe oprime, a outra é oprimida, um gênero oprime o outro é oprimido.

Essas opressões deram aos homens poder total sobre o gênero feminino por séculos e ao longo desses, surgiu a necessidade de emancipação da mulher que perpassa pela melhor distribuição de renda, de tarefas e de trabalho.

Blay (2008) traz a luz matérias jornalísticas sobre assassinatos de mulheres e conduz reflexões sobre os direitos humanos. Uma das reportagens que apresenta é um assassinato que ocorreu em 1991 e o agressor foi libertado sob a justificativa de ter cometido um crime “em legítima defesa da honra” (Blay, 2008, p. 55). Percebe-se que o homem tem respaldo na Lei para agir sobre a mulher porque a sociedade é machista, patriarcal e não apresenta posição igualitária para homens e mulheres. Vale questionar que “honra” é essa?! Essa “honra pessoal”, pode ferir a “honra social”!?

É importante que haja mudança da mentalidade, coletiva e não somente mudança das leis. Ao refletir sobre as condições de gênero, é pertinente citar que ainda hoje no século XXI, a sociedade reproduz comportamentos, atitudes e falas arcaicas dos séculos XVI, XVII, onde culpabilizavam-se as mulheres pelos estupros e outros crimes. Com a vinda dos movimentos, a criação da Delegacia da Mulher e ONGs, em meados de 1985 esse quadro começou a mudar, porém de forma muito lenta e ainda não alcançou as mudanças sociais Ideais. A atitude de atribuir a mulher à culpa por ter sido vítima de atos de violência e assassinatos veio se perpetuando, atravessou os séculos XVIII, XIX E XX, é reproduzida até hoje, inclusive pela mídia.

Saffioti (1999) aborda de forma bem clara a definição de violência de gênero que consiste em domínio de um gênero sobre o outro. Também define violência doméstica como a que ocorre dentro de casa, e a familiar como a que ocorre também fora do domicílio. Diz que a desigualdade de gênero é cultural e não natural, são postas pelas estruturas sociais e de poder.

Em 2010 a ONU lançou os sete Princípios de Empoderamento das mulheres para a igualdade de gênero, o Pacto Global das Nações Unidas que delibera sobre o mercado de trabalho na sociedade contemporânea, onde a mulher atua e precisa de regulamentação específica.

Os Princípios do Empoderamento feminil começam pela liderança cooperativa, respeito ao trabalho justo e igualdade de oportunidade; garantia de saúde, segurança e bem-estar no trabalho e combate à violência. Outro princípio é promover educação para mulheres; apoio ao empoderamento através do marketing; atividades sociais e a igualdade de gênero e ainda a documentação e publicidade da promoção da liberdade de gênero.

2.3 Conservadorismo social

O dicionário Aurélio traz como definição para Conservadorismo “1 – Caráter do que é conservador. 2 – Doutrina dos que, contrários a reformas, pugnam pela conservação do estado atual político ou social”.

O conservadorismo social consiste em uma política de preservação de doutrinas de controle do estado. Essa doutrina transcorre pelo formato de sociedade que está posto e consiste em uma sociedade capitalista. Tal controle se manifesta nos momentos de ameaça ao regimento social, cultural e econômico. Assim estabeleceram-se modelos de regulação das classes e das pessoas, não como cidadãos, mas como massa social que deveria reproduzir o modelo estabelecido. Pressupõe-se que esses modelos seriam imutáveis até que a economia mercantil enxergasse a necessidade da mão de obra feminina. Com isso, alguns movimentos timidamente tomaram destaque, esses movimentos que não são estagnados, mas sim dialéticos provocaram uma onda de transformações gradativas e significativas para a sociedade.

A ruptura com o modelo conservador é muito lenta, pois este se arraigou por séculos na sociedade ditando a forma “correta” de como a mulher deveria ser na vida privada, no modelo familiar, trabalhista, religioso, na educação de filhos, o consumo, a saúde e a forma de se portar, entre outros aspectos.

2.4 Empoderamento Feminino

No século XX as mulheres assumiram espaço no mercado de trabalho, esse novo espaço passou a ser um atributo a vida feminina, ela, agora, além de se responsabilizar pela maternidade e a manutenção do lar, para alcançar alguma independência e liberdade financeira teria que se sobrecarregar de inúmeras tarefas ou abrir mão de alguma em detrimento de outra.

Esse fato se deu porque a sociedade tomada por um conservadorismo, não incentivava a cooperação, a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Os afazeres domésticos não eram realizados pelo sexo masculino, nem mesmo o cuidado com os filhos, reproduzia-se sempre a mesma fala “isso é coisa de mulher”. Essa sobrecarga de responsabilidades extrema foi aos poucos sendo superada, o

bastante sempre cercada de muita resistência e preconceitos. A sociedade coloca em questão a masculinidade, ao aceitar que o “papel” masculino seja repensado e redimensionado. Quando é estabelecido papéis para homens e mulheres, automaticamente é estabelecido também a questão de desigualdade de gênero. Esta desigualdade vem acompanhada de depreciação, rejeição, preconceitos, separação, abusos, autoridade, violência e diversas outras questões que inferioriza, deprecia e humilha a mulher.

Para entender tais resistências é preciso lembrar que a sociedade contemporânea ocidental se pauta por princípios de uma organização patriarcal, de classe média e aristocrata, em que o papel do homem era a responsabilidade econômica e o da mulher o doméstico. É preciso repensar os conceitos sociais, analisá-los e redirecioná-los para a própria sociedade e para o aparelho ideológico do Estado, com o propósito de proporcionar igualdade e equidade de gênero. Empoderamento feminino é um termo que significa dar poder, ou empoderar-se, mas quando usamos esse termo para nos referirmos ao poderio feminino, ele vai muito além disso, empoderar-se é libertar-se, converter-se de poder, e não foi algo dado, mas sim conquistado. O empoderamento feminino é o ato de se fortalecer e desenvolver a igualdade de gênero é assumir-se protagonista, sujeito numa condição de agente dos movimentos de respeito e liberdade, não se pode ser passivo ao processo.

Mageste *et al* (2008) explica que a palavra empoderamento teve sua origem inglesa e foi traduzida para o português, não é um termo novo. No dicionário de Caldas Aulete de 1958 já constava o termo empoderar-se como apossar-se. Essa expressão começou a ser utilizada pelo movimento feminista na década de 1970 “com intenção de realizar uma alteração dos processos e estruturas que reduzem as mulheres à posição de subordinação aos homens” (Mageste *et al*, 2008).

Assim nas décadas que se seguiam era preciso partir das iniciativas que haviam sido conquistadas e propor novos enfoques aos movimentos sociais.

Segundo Costa (s/d), em 1980 foi criada a CUT (Central única dos Trabalhadores) e nela surgiu a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, que favorecia as questões de respeito no trabalho e direitos trabalhistas das mulheres. Mas foi mesmo a partir de 1990 que a mulher começou a ter maior liberdade financeira, poder aquisitivo e de ter a liberdade de escolhas, sem a opção/obrigação de ter que fazer “bons casamentos” para sustentar-se, sua formação profissional

passou a ser sua prioridade.

Empoderar-se não é assumir o “papel do homem”, não quer dizer que tem que agir como um homem, ou deixar de ser gentil. Qual seria a referência, então, do “papel” ideal para a mulher? Não ser como os homens e não deixar de ser mulher. Um tremendo desafio! É preciso buscar e reafirmar continuamente para si mesmo e para a sociedade, uma identidade própria, independente, empoderada. Esse poder consiste na autoconfiança, na plena libertação, em não se sujeitar a um mercado que estabeleça o que é belo, qual o modelo a ser seguido, ir rumo à liberdade de ter o corpo e a mente que quiser e viver bem com isso, sem ter que acatar pressão ou opressão. Sem cobrança emocional ou amorosa, nem excessos, sem ditadura do mercado profissional, sem ditadura do discurso midiático ou do mercado da beleza, sem imposições sociais unilaterais. É poder usar o corte de cabelo que quiser, ter a estrutura física que desejar, usar salto ou não, ser do lar ou não, ser ou não ser mãe, escolher o estado civil que bem entender, é poder abrir mão desses ditames conservadores, sem ser questionada ou condenada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo social veio ao longo da história dominando o pensamento coletivo sobre o papel da mulher na sociedade, porém na atualidade percebe-se um movimento de construção de novos paradigmas e reestruturas sociais que favorecem a autonomia da mulher, mas é preciso que a separação de gênero deixe de existir e que a visão sobre o ser mulher, seja um olhar livre de sexismo, sem misoginia. A mulher deve ser vista e reconhecida como ser humano, sujeito ativo na vida econômica, social, familiar, autora de sua vida e não somente um indivíduo que sofre as consequências dos acontecimentos históricos.

“O território do feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos, e onde o conforto e o conflito não imprimem suas marcas” (Del Priore, 1994).

O Empoderamento Feminino viabiliza a “superação” de comportamentos e posturas ultrapassadas que não se adequa ao século XXI. Essa mudança favorece a sociedade e às futuras gerações.

A redistribuição de poder, o redimensionamento de papéis propicia o

surgimento de novos paradigmas na questão da compreensão de gênero, logo as mulheres não devem reproduzir conceitos machistas, não é coerente ecoar preconceitos, dado que a proposta é desfazer mentalidades preconceituosas e obsoletas, antes reproduzidas.

Destarte, o empoderamento feminino mudou a vida das mulheres e toda sociedade. Ainda há muito o que fazer, mas diversas vitórias foram alcançadas. E quanto ao conservadorismo?!

Um conservadorismo que maltrata, discrimina e humilha deve ser abolido das mentes, da cultura e de toda a humanidade.

BIBLIOGRAFIA

AURÉLIO. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2012.

BADINTER. Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

BLAY. Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: USP/Ed 34, 2008.

COSTA. Lúcia Cortes da. **Gênero: uma questão feminina?** Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/genero.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

DEL PRIORE. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

NADER. Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 1997.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO Marlene Catarina de Oliveira Lopes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações**. V encontro de estudos organizacionais da ANPED. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/eneo/eneo_2008/2008_eneo548.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SAFFIOTI. Heleieth I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo: Perspectiva, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009>. Acesso em: 02 dez. 2019.